

ANDRÉ FERREIRA DE BARROS
Auditor-Fiscal da Receita Federal
Engenheiro de Produção
Bacharel em Direito
Especialista em Administração Pública

O NOVO DIREITO ADUANEIRO

Volume I

Letra Legal
EDITORA

336.41
B277n
v.1



Barros, André Ferreira de.
O Novo Direito Aduaneiro. Volume I. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2005.
174 p.
Inclui bibliografia ISBN 85-98424-25-0
1. Direito Aduaneiro. I. Título.
CDDir: 341.396116

336.41
B277n
v.1



Sumário

1-) Pródornos	21
1.1-) A coletânea idealizada	22
1.1.1-) Antelóquio	22
1.1.2-) Resistências e solilóquio	22
1.1.3-) A metodologia da exposição	22
1.2-) Particularizando - Apresentação de "O Novo Direito Aduaneiro"	23
2-) Um intróito ao Novo Direito Aduaneiro	25
2.1-) Nota distintiva	25
2.1.1-) Direito Alfandegário - Os lindes da Alfândega	25
2.1.2-) Direito Aduaneiro - Extravasando as raias da Alfândega	25
2.1.3-) Escusa	26
2.2-) Condição de contorno (1) - Gizando o objeto dos ensaios	26
2.3-) O Direito Aduaneiro visto através das lentes da Constituição Federal - Um imperativo categórico	26
2.3.1-) Introdução - Objetivo: refinação doutrinária do Direito Aduaneiro	26
2.3.1.1-) Método principal: filtragem constitucional	27
2.3.1.2-) Condições de contorno (2)	27
2.3.1.2.1-) Prolusão	27
2.3.1.2.2-) Interação imediata do Direito Aduaneiro	27
2.3.1.2.3-) As normas de Direito Aduaneiro, (<i>stricto sensu</i>) têm natureza administrativa (<i>lato sensu</i>)	29
2.3.1.2.4-) As regras prescindem de espaço diferenciado na seção binária	29
2.3.1.2.5-) A exclusão, da seção binária, dos princípios de Direito Internacional	29
2.3.1.2.6-) Forma de apresentação do tema	30
2.3.2-) O Moderno Constitucionalismo - Brevíssimas considerações gerais	31
2.3.2.1-) A superação do <i>jus positum</i>	31
2.3.2.2-) Principais conseqüências de seu advento	31
2.3.2.3-) Impacto no Brasil	34
2.3.2.4-) As Leis e o Direito (1)	34
2.3.2.4.1-) A completude do <i>ordo juris</i> como postulado científico - A pacificação social, a não-exaustividade da atuação legislativa direta e a inelutável reserva de criatividade do operador do Direito - As "forças latentes de adaptação e expansão"	35

336.41
B277n
v.1



2.3.2.4.2-) Condições de contorno (3)	36
2.3.2.5-) Princípio - Conceito doutrinário clássico	37
2.3.2.6-) Princípios Instrumentais de Interpretação	38
2.3.2.6.1-) Condição de contorno (4)	38
2.3.2.6.2-) Conceito	38
2.3.2.6.3-) Rol	38
2.3.2.7-) Princípios materiais	40
2.3.2.7.1-) Condições de contorno (5)	40
2.3.2.7.2-) Conteúdo	41
2.3.2.7.3-) Classificação doutrinária segundo o seu alcance	41
2.3.2.7.4-) Exemplos	41
2.3.2.7.5-) Princípio é espécie do gênero norma (1)- Hermenêutica jurídica	42
2.3.2.7.6-) Princípio é espécie do gênero norma (2) – O insustentável <i>discrímen</i> entre cânones expressos e implícitos quanto ao seu grau de imperatividade	42
2.3.2.8-) Funções dos princípios	42
2.3.2.9-) A técnica de ponderação entre princípios	43
2.3.2.9.1-) Um dos mais salientes pontos do Moderno Constitucionalismo	43
2.3.2.9.2-) A confrontação político-ideológica na Assembleia Constituinte (<i>lato sensu</i>) e as negociações políticas	44
2.3.2.9.3-) Valores antinômicos	44
2.3.2.9.4-) Os princípios enquanto mandados de otimização	45
2.3.2.9.5-) Arrostando o dogma do " <i>all or nothing</i> "	45
2.3.2.9.6-) A busca pela justiça aristotélica	45
2.3.2.9.7-) A motivação como encargo do operador jurídico	45
2.3.2.10-) Analogia	46
2.3.2.10.1-) Condições de contorno (6)	46
2.3.2.10.2-) Analogia <i>legis</i> e analogia <i>juris</i> - Condição de contorno (7) - O tema da seção quaternária	47
2.3.2.10.3-) Analogia e interpretação extensiva	47
2.3.2.10.4-) Analogia e indução completa	48
2.3.2.10.5-) Fundamento	48
2.3.2.10.6-) Unia "dose de probabilidade"	48
2.3.2.10.7-) Regras de comportamento - Estrutura normativo- material - Transplante do conseqüente da regra	49
2.3.2.10.8-) Pressupostos jurídicos para a utilização da integração analógica	50
2.3.2.11-) As Leis e o Direito (2)	52



2.3.2.11.1-)	Escorço simplificado acerca do percurso da aplicação do Direito	52
2.3.2.11.2-)	Desfecho	53
2.3.3-)	O Novo Direito Tributário	53
2.3.3.1-)	Proêmio	53
2.3.3.2-)	Condições de contorno (9)	53
2.3.3.3-)	Uma crítica ao art. 108 do Código Tributário Nacional – Prefação	54
2.3.3.4-)	Uma crítica ao art. 108 do Código Tributário Nacional – O primeiro reparo - O ultraje ao Princípio da Separação dos Poderes	54
2.3.3.4.1-)	Prescrição de comandos gerais e abstratos - Os limites da função legislativa num Presidencialismo Democrático - Brevíssimas considerações	54
2.3.3.4.2-)	Aplicação do Direito - Atribuição dos Poderes Executivo e Judiciário-Brevíssimas considerações	55
2.3.3.4.3-)	Desfecho - O concerto de funções estatais – O art. 111 do Código Tributário Nacional é resquício de uma inditosa era	55
2.3.3.5-)	Uma crítica ao art. 108 do Código Tributário Nacional - Os princípios, como as regras, são disposições jurídicas	56
2.3.3.5.1-)	Angusta reprise	56
2.3.3.5.2-)	Segunda adversão - O Princípio da Unidade da Constituição - Avelhantado é o <i>discrímen</i> entre princípios expressos e implícitos – Raciocinando <i>ex absurdo</i>	56
2.3.3.5.3-)	Terceira adversão - Princípio aplicável ao caso concreto e "... ausência de disposição..." - Uma inelutável contradição ontológica	57
2.3.3.5.4-)	Quarta adversão - Relembrando o percurso da construção jurídica	57
2.3.3.6-)	Uma crítica ao art. 108 do Código Tributário Nacional - Mais três reparos dignos de nota	57
2.3.3.6.1-)	Quinto reparo - Ponderação de valores em vez de "precedência" de um princípio sobre outro	58
2.3.3.6.2-)	Sexto reparo-A indevida precessão abstrata dos princípios de Direito Tributário sobre os de Direito Público	58



2.3.3.6.3-)	Sétimo reparo - "... Autoridade competente para aplicar a legislação tributária..." - O Fisco é órgão da Administração Pública	58
2.3.3.6.4-)	Síntese parcial	59
2.3.3.7-)	Argumento metajurídico - Os percalços de linguagem do legislador	59
2.3.3.8-)	Conglobação	60
2.3.4-)	O Novo Direito Administrativo	60
2.3.4.1-)	Exórdio	60
2.3.4.2-)	Condições de contorno (10)	61
2.3.4.2.1-)	Ponto cardeal - O processo administrativo denominado corno indicativo da atuação da Nova Administração Pública brasileira	61
2.3.4.2.2-)	Seções quaternárias venturas - Restringindo-nos ao ponto de imbricação do hodierno processo administrativo denominado com o tema que intitula cada qual	61
2.3.4.2.3-)	Forma de apresentação do assunto	61
2.3.4.3-)	Alguns traços da Administração através de nossa História (anterior à CRFB/88)	63
2.3.4.3.1-)	Condição de contorno (11) - Enumeração meramente enunciativa	63
2.3.4.3.2-)	Notas salientes	64
2.3.4.3.3-)	Desfecho - Entremostra-se a indissociação entre as feição e condução da Administração Pública e o contexto sócio-político-jurídico no qual se insere	69
2.3.4.4-)	O subsistema constitucional-administrativo	69
2.3.4.4.1-)	Objetivos do Congresso Constituinte	69
2.3.4.4.2-)	Administração, tal qual idealizada pelo Poder Constituinte em 1988: Pública, Republicana, Democrática, Harmônica, Eficiente e Federal	70
2.3.4.4.3-)	Notas fundamentais que impregnam, conseqüentemente, o hodierno processo administrativo denominado: prestamento de serviço público, Republicanismo, Democracia e Harmonia" - Singularizando os conseqüentários desses valores pertinentes à monografia	71
2.3.4.5-)	O hodierno processo administrativo denominado	72
2.3.4.5.1-)	Condições de contorno (14)	72
2.3.4.5.2-)	Uma crítica ao vocábulo "jurisdição" (1) – A processualística clássica - Epítome	75

336.41
B277n
v.1



2.3.4.5.3-)	Uma crítica ao vocábulo "jurisdição" (2) - O dilargado entendimento dos administrativistas – Síntese	76
2.3.4.5.4-)	Uma crítica ao vocábulo "jurisdição" (3) – Ditames constitucionais dirimentes da controvérsia	76
2.3.4.5.5-)	A conformidade a Carta do termo "jurisdição administrativa não-terminativa"	78
2.3.4.5.6-)	"Monopólio de primeira palavra" e "monopólio de última palavra"	79
2.3.4.5.7-)	Pacificação social - Antolho	79
2.3.4.6-)	Uma indubitosa decorrência da força normativa da Carta Política – Prestação de serviço público	79
2.3.4.6.1-)	Condições de contorno (15)	79
2.3.4.6.2-)	Serviço público - Orientação política dominante – Discrecionariedade legiferante - Conceito doutrinário - Espécies - Regime Jurídico	81
2.3.4.6.3-)	Revisionismo - A novel concepção de Direito Administrativo - A Democracia acentua o caráter instrumental da Administração Pública	83
2.3.4.6.4-)	O mandamento constitucional	83
2.3.4.6.5-)	<i>A puissance publique</i> da jurisdição administrativa não-terminativa	83
2.3.4.6.6-)	Responsabilidade funcional e civil por ações administrativas irrazoáveis	84
2.3.4.6.7-)	<i>Faute du service publique</i> imputável ao servidor – Responsabilidade civil e funcional por omissões administrativas injustificáveis	84
2.3.4.6.8-)	Decisões administrativas razoáveis posteriormente desconstituídas - Postulado de falibilidade humana – Imunidade funcional e civil do servidor decisor	85
2.3.4.6.9-)	<i>Faute du service publique</i> inimputável ao servidor decisor	85
2.3.4.6.10-)	Duas conseqüências do teórico não-prestamento da jurisdição administrativa não-terminativa	86
2.3.4.6.11-)	Apêndice (1) - A Carta Cidadã - A maior demanda pela prestação de serviços públicos, - Vantagens do hodierno processo administrativo denominado em relação a seu congênere judicial de mesmo objeto – A receptividade de construções jurídicas	86
2.3.4.7-)	Uma indubitosa decorrência da força normativa da Carta Política - Republicanismo	88
		336.41
		B277n
		v.1



2.3.4.7.1-) Condições de contorno (16)	88
2.3.4.7.2-) Imbricação com os Cânones da Impessoalidade e da Moralidade - Hodierno processo administrativo inominado	92
2.3.4.8-) Uma indubitosa decorrência da força normativa da Carta Política - Democracia	92
2.3.4.8.1-) Condições de contorno (17)	92
2.3.4.8.2-) Três corolários do Estado Democrático de Direito (1) - Projeção dos valores para o hodierno processo administrativo nominado - O sustentáculo da seção quaternária	94
2.3.4.8.3-) Três corolários do Estado Democrático de Direito (2) - Lindando alguns atributos do exercício da função administrativa - A relação jurídico- administrativa é proporcionalmente desigual	94
2.3.4.8.4-) Dever jurídico de urbanidade	95
2.3.4.8.5-) Observância espontânea dos direitos processuais do sujeito passivo	95
2.3.4.9-) Indubitosa decorrência da força normativa da Carta Política - A conjunção entre os cânones da Harmonia, Eficiência e Segurança Jurídica	97
2.3.4.9.1-) Condições de contorno (18)	97
2.3.4.9.2-) Harmonia intra-administração (<i>stricto sensu</i>) – Direito subjetivo público do administrado à proferição de decisão uniforme - O orbe legal prescreve remédios jurídicos para pôr cobro na desafinação administrativa inconciliável	102
2.3.4.9.3-) Harmonia intra-administração (<i>stricto sensu</i>) – Remédios jurídicos em caso de desafinação inconciliável (1): pedido de reconsideração para o Chefe da Unidade	103
2.3.4.9.4-) Harmonia intra-administração (<i>stricto sensu</i>) – Remédios jurídicos em caso de desafinação inconciliável (2): recurso hierárquico	105
2.3.4.9.5-) Harmonia intra-administração (<i>stricto sensu</i>) – Remédios jurídicos em caso de desafinação inconciliável (3): postulação da tutela jurisdicional	106
2.3.4.9.6-) Harmonia intra-administração vertical – Firmamentos e infirmações do cânnon - Densidade normativa mediana - A decisão cônica e a dissonante requerem motivações com esmeros distintos	106



2.3.4.9.7-)	Harmonia intra-administração vertical – Devolução da inconciliação à autoridade superior – Transubstanciação do valor em harmonia intra- administração (<i>stricto sensu</i>)	108
2.3.4.9.8-)	Harmonia intra-administração "transorizional" – Remédios jurídicos (1): pedido de reconsideração para o Chefe da Unidade - Baixa densidade normativa para a autoridade de mesma dignidade hierárquica	109
2.3.4.9.9)	Harmonia intra-administração "transorizional" – Remédios jurídicos (2): interposição de recurso hierárquico e direito de petição - Dever de uniformização	110
2.3.4.9.10:)	Harmonia inter-poderes- Pórtico - Distribuição estatal de parte do Direito Administrativo	110
2.3.4.9.11-)	Harmonia inter-poderes - Sincronismo entre as funções do Estado - Possibilidade jurídica de extensão, no hodierno processo administrativo inominado, de decisões judiciais conformes a consciência jurídica do decisor	110
2.3.4.9.12-)	Harmonia inter-poderes - A tipicidade permissiva se encontra na Lei	
2.3.4.9.13-)	Harmonia inter-poderes-Ausência de justa causa para a imposição de sanções administrativas e, a <i>fortiori</i> , penais	111
2.3.4.9.14-)	Fundamentos metajurídicos	112
2.3.4.10-)	Princípio da Legalidade	112
2.3.4.10.1-)	Condições de contorno (19)	112
2.3.4.10.2-)	As Leis e o Direito (3) - Princípio é espécie de norma jurídica - A escrupulosa reserva de criatividade do aplicador da Lei – Justiça aristotélica - A sociedade aberta de intérpretes da Constituição	115
2.3.4.10.3-)	As Leis e o Direito (4) - Jurisdição administrativa não-terminativa - Comando constitucional mandamental de uso de todos os instrumentos voltados para a pacificação social	116
2.3.4.10.4-)	As Leis e o Direito (5) - A tipicidade permissiva encerrada na Lei nº 9.784/99 - A interpretação puramente gramatical faz tabula rasa - dos Princípios atinentes à Administração Pública	116



2.3.4.10.5-)	As Leis e o Direito (6) - Desfecho – Desentronizando a exegese puramente gramatical - Cabimento de construções jurídicas – A submissão da Administração Pública ao Direito – A jurisdicionalização da Nova Administração Pública	117
2.3.4.11-)	Princípios atinentes à Administração Pública	117
2.3.4.11.1-)	Condição de contorno (20)	117
2.3.4.11.2-)	Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório	120
2.3.4.11.3-)	Princípio da Motivação das Decisões	121
2.3.4.11.4-)	Princípio da Proporcionalidade	121
2.3.4.11.5-)	Razoabilidade	123
2.3.4.11.6-)	Devido Processo Legal	124
2.3.4.12-)	Apêndice (2) - Reconhecendo o hiato existente entre a retórica constitucional e o cotidiano das repartições públicas	125
2.3.4.12.1-)	Prefação	125
2.3.4.12.2-)	Condições de contorno (21)	125
2.3.4.12.3-)	Rol de pontos claudicantes	127
2.3.4.13-)	Apêndice (3) - A decisão administrativa definitiva	131
2.3.4.13.1-)	Condições de contorno (22)	131
2.3.4.13.2-)	Sistemas administrativos	135
2.3.4.13.3-)	Contencioso administrativo e Dualidade de Jurisdição - Breve causerie	136
2.3.4.13.4-)	Princípio do Livre Acesso ao Judiciário	137
2.3.4.13.5-)	Ausência de " <i>the final enforcing power</i> " - A equivocidade da ex-pressão "coisa julgada administrativa"	139
2.3.4.13.6-)	Decisão irreformável na Administração Pública – Ciclo de formação	139
2.3.4.13.7-)	Decisão irreformável pela Administração Pública	140
2.3.4.13.8-)	Óbices, ao exercício da autotutela pela Administração Pública – Atos nulos e anuláveis – Atos inexistentes	140
2.4-)	Conceito	142
2.4.1-)	Condições de contorno (23)	142
2.4.2-)	Normas - Angusta reprise	142
2.4.2.1-)	Condições de contorno (24)	142
2.4.2.2-)	Regras	143
2.4.2.2.1-)	Mandados de, definição ou ordenações de vigência	143
2.4.2.2.2-)	Solvendo antinomias aparentes	143

336.41
B277n
v.1



2.4.2.3-) Princípios	144
2.4.2.3.1-) Normatividade	144
2.4.2.3.2-) Estado de tensão dialética	144
2.4.2.3.3-) Mandados de otimização e balanceamento de valores	144
2.4.3-) Conteúdo multifário da norma aduaneira	144
2.4.3.1-) Condições de contorno (25)	145
2.4.3.1.1-) Autonomia relativa do Direito Aduaneiro	145
2.4.3.1.2-) Duas razoáveis concessões científicas	145
2.4.3.1.3-) Três índoles	145
2.4.3.1.4-) Forma de apresentação do tema	145
2.4.3.2-) Administrativo (<i>lato sensu</i>)	146
2.4.3.2.1-) Intróito - Natureza da maior parte das normas	146
2.4.3.2.2-) Repelindo a barafunda conceituai	146
2.4.3.3-) Tributário	147
2.4.3.4-) Convencional	147
2.4.3.5-) Apêndice (4) - Inauditas incursões ao Direito Internacional	148
2.4.3.5.1-) Introdução	148
2.4.3.5.2-) Condições de contorno (28)	148
2.4.3.5.3-) Norma de Direito Internacional – Reconhecimento – Brevíssimas palavras	150
2.4.3.5.4) Codificação - Acepção especial - Uma tendência no D.I	150
2.4.3.5.5-) A justaposição das normas internacionais e internas - Monismo e Dualismo - Brevíssima apresentação das duas doutrinas	151
2.4.3.5.6-) A questão da justaposição das normas internacionais e internas no Brasil - Algumas dissensões doutrinarias - O nosso parecer	153
2.4.3.5.7-) A questão da justaposição das normas internacionais e internas no Brasil - A cláusula de recepção semiplena das normas tributárias encartada no C.T.N.	154
2.4.3.5.8-) A questão da justaposição das normas internacionais e internas no Brasil - O particular caso do Direito Aduaneiro - Legislação formalmente tributária - Cláusula de recepção semiplena das normas aduaneiras (<i>lato sensu</i>)	155
2.4.3.5.9-) A questão da justaposição das normas internacionais e internas no Brasil - Os	



particularíssimos casos da isenção do imposto de importação e da redução do <i>quantum debeatur</i>	156
2.4.3.5.10-) Desfecho	156
2.4.3.5.11-) A estabilidade das normas internacionais no ordenamento jurídico em geral - Apresentando a dissensão doutrinária à roda da aplicabilidade do critério <i>lex posterior derogat priori</i> às normas convencionais	157
2.4.3.5.12-) A estabilidade das normas internacionais no ordenamento jurídico em geral - A não-aplicabilidade do critério <i>lex posterior derogat priori</i> às normas convencionais	158
2.4.3.5.13-) A estabilidade das normas inter-nacionais no ordenamento jurídico em geral - A vetusta posição do Pretório Excelso	159
2.4.3.5.14-) A estabilidade das normas internacionais no ordenamento jurídico pátrio - O especial caso do Direito Tributário- A não-aplicação do critério <i>lex posterior derogat priori</i>	160
2.4.3.5.15-) A estabilidade das normas internacionais no ordenamento jurídico pátrio - O especial caso do Direito Aduaneiro - A não-aplicação do critério <i>lex posterior derogat priori</i>	160
2.4.3.5.16-) União e República Federativa do Brasil – O <i>treat-making power</i> do Estado	161
2.4.3.5.17-) Extrato das questões dizentes à interação entre o Direito Internacional e o Direito Interno	162
2.5-) A questão da autonomia do Direito Aduaneiro	163
2.5.1-) Avelhada tese	163
2.5.2-) O nefasto isolamento	164
2.5.3-) Remate - A autonomia do Direito Aduaneiro é uma ficção aceitável, apenas, para fins didáticos	164
2.6-) Classificação à luz da clássica dicotomia do Direito	164
2.7-) Fontes	164
2.7.1-) Imediatas	164
2.7.2-) Mediatas	166
2.8-) Alguns servidores administrativos que o aplicam	167
Bibliografia	169

